

“DE MÃOS DADAS PELA FOZ DO RIO AMAZONAS”: VILAS E POVOAMENTOS NA COSTA SETENTRIONAL DO GRÃO-PARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Paulo Marcelo Cambraia da Costa¹

Resumo: Este artigo objetiva acompanhar as décadas iniciais de criação das vilas Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão e São José de Macapá, localizadas na costa setentrional do Grão-Pará, vilas que fizeram parte de um processo de urbanização da Amazônia na segunda metade do século XVIII. Destaco as tentativas do Estado português em buscar a todo custo ocupar e defender a foz do rio Amazonas frente aos interesses dos outros Estados europeus, especialmente a França. Porém, demonstro que as ações do Estado português foram bem limitadas pelas iniciativas e escolhas dos sujeitos que ali já estavam ou que foram levados para aquelas terras, especialmente indígenas e trabalhadores escravizados de origem africana.

Palavras-chave: Grão-Pará. Vilas. Urbanização. Foz do Amazonas. Fronteiras.

“HAND IN HAND BY THE MOUTH OF THE AMAZON RIVER”: VILLAGES AND SETTLEMENTS ON THE NORTHERN COAST OF GRÃO-PARÁ IN THE SECOND HALF OF THE 18TH CENTURY

Abstract: This article aims to accompany the initial decades of creation of the villages Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão and São José de Macapá, located on the northern coast of Grão-Pará, villages that were part of a process of urbanization of Amazonia in the second half of the 18th century. The work emphasizes the attempts of the Portuguese State to seek at all costs to occupy and defend the mouth of the Amazon River against the interests of other European states, especially France. However, it is shown that the actions of the Portuguese State were very limited by the initiatives and choices of the subjects who were already there or who were taken to those lands, especially indigenous and enslaved workers of African origin.

Keywords: Grão-Pará. Villages. Urbanization. Mouth of the Amazon. Borders.

“MAIN DANS LA MAIN À L'EMBOUCHURE DE L'AMAZONE”: VILLAGES ET PEUPELEMENTS DE LA CÔTE NORD DE GRÃO-PARÁ DANS LA SECONDE MOITIÉ DU XVIII^E SIÈCLE

Résumé: Cet article propose d'étudier les premières décennies de création des villages de Vistosa de Madre de Deus, Nova Mazagão et São José de Macapá, situés sur la côte nord de Grão-Pará. Ces villages faisaient partie d'un processus d'urbanisation de l'Amazonie dans la seconde moitié du XVIII^e siècle. Pour ce faire, d'abord, je présenterai les tentatives de l'État portugais de chercher à tout prix à occuper et à défendre l'embouchure de l'Amazone contre les intérêts d'autres États européens, notamment de la France. Ensuite, je montrerai que, malgré ces tentatives, les actions de l'État portugais étaient bien limitées par les initiatives et les choix des sujets déjà présents ou amenés sur ces terres, particulièrement des autochtones et des esclaves d'origine africaine.

Mots-clés: Grão-Pará. Villages. Urbanisation. Embouchure de l'Amazone. Frontières.

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018). Atualmente é professor de História da Amazônia do Colegiado de História/Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá.

“CON LAS MANOS DADAS EN LA DESEMBOCADURA DEL RÍO AMAZONAS”: VILLAS Y ASENTAMIENTOS EN LA COSTA SEPTENTRIONAL DEL GRAN PARÁ EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XVIII

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar las décadas iniciales de creación de las villas Vistosa de Madre de Dios, Nova Mazagão y São José de Macapá, ubicadas en la costa septentrional del Gran Pará, haciendo parte de un proceso de urbanización de la Amazonia en la segunda mitad del siglo XVIII. Destacamos los intensos esfuerzos del Estado portugués para ocupar y defender la desembocadura del río Amazonas frente a los intereses de otros países europeos, especialmente Francia. Pero intentamos demostrar como que las acciones del Estado portugués fueron limitadas por las iniciativas y decisiones de los sujetos que vivían en la región, o que fueron llevados posteriormente, especialmente los trabajadores indígenas y esclavos de origen africano.

Palabras clave: Gran Pará. Villas. Desembocadura del Amazonas. Urbanización. Fronteras.

Introdução

Segundo os governadores do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, especialmente D. Francisco de Souza Coutinho², nos anos finais do século XVIII, o maior interesse do governo de Caiena era ter a posse das margens e da foz do rio Araguari, pois seria o caminho mais curto para se chegar e dominar a entrada do rio das Amazonas, situada às proximidades da vila de Macapá. Por ser uma região fronteiriça, que despertava o interesse de outros Estados europeus, a Praça de São José de Macapá possuía um governador militar e, portanto, era considerada a principal vila da Guiana Portuguesa.

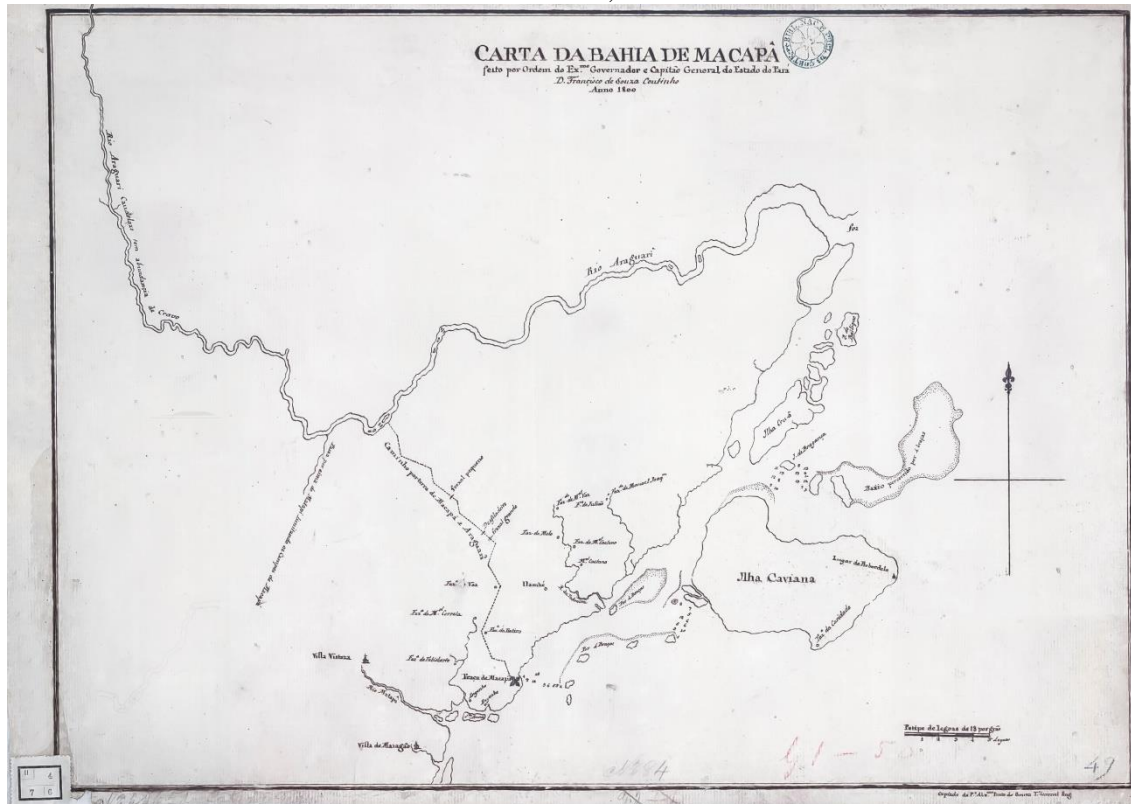
Junto daquele povoado, duas outras vilas compunham as principais freguesias da região: Vistosa de Madre de Deus e Nova Mazagão (na página seguinte podemos visualizar um mapa com a localização das três vilas). Essas vilas juntas deveriam formar uma linha de proteção militar da foz do Amazonas, assim como defender os caminhos que levassem ao interior da costa setentrional do Grão-Pará em direção ao rio Araguari.

Nas próximas páginas, demonstrarei a tentativa da Coroa portuguesa de estabelecer uma tríade de vilas militares de defesa da foz do rio Amazonas. Para a construção deste artigo, recorri às correspondências e ofícios trocados entre as autoridades locais das praças das vilas aqui estudadas com os governadores gerais do Estado do Grão-Pará e Rio Negro e os secretários de estado de marinha e ultramar

² Foram várias correspondências do governador D. Francisco de Souza Coutinho com os secretários de estado de Marinha e Ultramar, tratando das disputas com os franceses pelos territórios da costa setentrional do Grão-Pará. Ver especialmente o documento: AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179. Pará, 01/10/1793.

pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino e que foram disponibilizados digitalmente nos CD-ROMs do Projeto Resgate³.

Figura 1 - Carta da Bahia de Macapá – feito por Ordem de Ex.mo Governador e Capitão General do Estado do Pará D. Francisco de Souza Coutinho, ano de 1800



Fonte: Acervo cartográfico digital da Biblioteca Nacional-RJ.⁴

Além do caráter militar daquelas praças das terras do Cabo Norte, ao longo da segunda metade do século XVIII, segundo Rosa Marin, houve uma tentativa do gabinete da Secretaria de Marinha e Ultramar em transformar a região do delta e da planície amazônica no denominado “celeiro agrícola”. A mencionada autora lembra que as autoridades portuguesas foram influenciadas pelos escritos do padre jesuíta João Daniel (DANIEL, 2004) sobre a importância da agricultura, especialmente da plantação do arroz, para o desenvolvimento do Vale Amazônico. Assim, foi no “Grão-Pará, sobretudo em Macapá e nas áreas circunvizinhas que o projeto rizícola apareceu de forma mais acabada

³ Projeto Resgate foi um trabalho de identificação, leitura paleográfica, organização e sumarização de documentação avulsa referente às capitanias de Minas Gerais, Maranhão, Pará e Rio Negro, guardadas no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que contou com comissões do Brasil e de Portugal.

⁴ Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525983.sid. (Acesso em: 26 maio de 2016).

durante trinta anos” (MARIN, 2005, p. 82). Entre as áreas circunvizinhas, destacam-se as vilas de Mazagão e Vistosa de Madre de Deus.

Quando assumiu o posto de governador do Grão-Pará, em 1772, João Pereira Caldas trazia a incumbência de desenvolver a cultura do arroz e do anil. Caldas comunicou ao secretário de Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que além de providenciar o edital para iniciar as plantações, havia solicitado ao administrador da Companhia de Comércio que este conseguisse, junto ao governador do Maranhão, alguns moinhos e escravos experientes para descascar o arroz; assim como ensinasse a cultura aos colonos das vilas nas quais ela deveria ser desenvolvida (AHU, 1772). No mesmo ofício, Pereira Caldas aproveitou também para lamentar que, por conta do “adiantamento” do inverno naquele ano de 1772, não seria possível desenvolver plenamente a cultura do arroz, bem como as demais lavouras que ficariam prejudicadas.

No princípio de 1775, passados três anos do início da intensificação dos trabalhos com a cultura do arroz, o governador Pereira Caldas escrevia ao seu superior Melo e Castro:

Quanto ao arroz, tendo eu aqui chegado no fim do ano de 1772, e já não sendo então tempo de se fazerem os roçados precisos para aquela lavoura, disse logo a V. Exc.^a que só para o ano de 1774 se poderia efetuar a primeira remessa; e cuido que tenho verificado a minha palavra e a minha diligência, porque sem embargo dos inconvenientes que sempre no princípio encontram todos os estabelecimentos e da grande e notória esterilidade de farinhas que aqui se experimentou e que tanto fez diminuir a maior remessa do referido gênero que eu me esperançava como a V. Exc.^a avisei. Ainda assim se expediu completamente carregado um navio e se estar a expedir outro em breves dias, com igual ou com quase outra tanta carga toda da produção do mesmo ano passado, que já parece não é muito princípio de remessa. Este ano, correndo o tempo favorável, poderá avultar tanto mais a mesma remessa; pois para que assim se consiga, não tenho omitido tantas quantas diligencias e disposições de fazerem praticáveis a minha possibilidade (AHU, 17/01/1775).

Pereira Caldas, ao reportar notícias a respeito da produção do arroz e o seu envio para o reino, também condicionou a baixa produção à escassez de farinha de mandioca que a capitania havia experimentado. Isto porque a farinha era o principal alimento das povoações no Grão-Pará, e a pouca produção desse produto acabava por estabelecer uma dificuldade alimentar para a população e, conseqüentemente, prejudicava a produção do arroz.

Somava-se a essa questão a tão recorrente dificuldade de acesso aos escravizados oriundos da África, reclamação reiterada por vários governadores que antecederam Pereira Caldas. Este lembrava no ofício que essa questão não era nova e que, mesmo o rei autorizando o aumento na introdução de trabalhadores escravos, pois sem os “preciosos operários” o desenvolvimento dos estabelecimentos ficaria comprometido, assim como a produção de diversos gêneros de produtos que dependiam de uma “grande força de braços” (AHU, 17/01/1775). Ao final do ofício, Pereira Caldas sentenciava a característica do fornecimento daqueles trabalhadores para a capitania, assim como para Macapá e as vilas circunvizinhas:

V. Exc.^a sabe a insignificante introdução de escravos que o ano passado se fez; e desses poucos tirados uns para os serviços desta administração e outros para disposições do Matogrosso, apenas ficaram pouquíssimos e o refugo para as repartições destes moradores. Só Macapá, que arroz não pôde produzir ajudados aqueles Ilhéus dos escravos que necessitam o que por poucos nunca lhe podem chegar, ainda querendo alguns pagá-los logo a dinheiro, como estou informado; porém se não vem em competente número, como os há de haver para se repartirem entre os moradores, em benefício do Estado, do Real Erário e da própria Companhia (AHU, 17/01/1775).

Na última década do século XVIII, a introdução de trabalhadores escravizados considerados “refugos” na capitania se aprofundou. Em 1790, ao assumir o governo do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho anunciava que um dos maiores problemas da capitania era o “grande número de escravos facinorosos que se tem introduzido neste Estado, e tem causado grande desassossego” (GOMES et al, 1999, p. 24). Segundo Coutinho, apenas de Macapá mais de setenta escravos haviam fugido e estavam acoitados em Caiena. Enfatizava o governador que “todos os escravos malfeitores” vinham de outros “portos do Brasil”, pois “seus senhores já não podem sofrer”, e assim, sentenciava que não “pode ser vantajoso a uma colônia, que é fronteira do Estado do Brasil, e que tem vizinhos turbulentos, semelhante introdução continua de criminosos, e Rebeldes” (GOMES et al, p. 24, p. 24).

A preocupação com a construção de vilas militares na foz do Amazonas se expressou de maneira contundente, ainda no início da década de 1770, no ofício do governador Pereira Caldas, quatro meses após ter assumido o posto de capitão-general do Grão-Pará, em dezembro de 1772. Na correspondência, Caldas informa as medidas que estava tomando para agilizar o término das obras de construção da fortaleza de Macapá,

assim como deveria proceder de maneira parecida com o desenvolvimento dos estabelecimentos militares das vilas de Vistosa da Madre de Deus e de Nova Mazagão.

Assim escreveu Pereira Caldas:

os novos exames e mais circunstanciadas averiguações que me tem sido possível conseguir do estado da Fortaleza de São José de Macapá, das suas ruínas, dos defeitos que se reconhecem, das obras interiores e exteriores que ainda lhe restam a fazer-se lhe e dos cálculos das despesas em que importaram as mesmas obras, para que sendo presente a S. Majestade toda esta informação, resolva e me determine o mesmo Senhor, o que devo obrar a respeito da dita fortificação, em que entretanto se continua a trabalhar, conforme as atuais circunstâncias e as possibilidades o permitem, pretendo eu em breve passar em àquela vila e aos outros dois estabelecimentos, de vila Vistosa e de Mazagão que lhe ficam na sua vizinhança (AHU, 1772).

Em julho daquele ano, Caldas reafirmava a importância dessas três vilas ao afirmar que deveria em breve tempo “visitar a Praça de São José de Macapá e aos dois novos estabelecimentos de Vila Vistosa e Mazagão” (AHU, 1775).

Vale lembrar que a criação de vilas no Vale Amazônico, a partir dos anos de 1750, estava dentro de uma política que visou substituir os antigos aldeamentos por vilas com uma deliberada conversão toponímica de substituição dos nomes indígenas dos lugares por nomes inspirados nos mais antigos municípios de Portugal. A repetição toponímica nas vilas da Amazônia setecentista seguia uma ordem hierárquica que considerava o tamanho e a importância geográfica.

No Grão-Pará, foi o governador Mendonça Furtado (1751-1759), que esteve à frente da criação da maioria das vilas surgidas naquele momento, em especial no ano de 1758, quando foram criadas a maioria das vilas naquela década. Para Renata M. de Araujo, a “duplicação toponímica tinha como intenção óbvia reafirmar a pertença destas vilas a um espaço que se queria inquestionavelmente português” (ARAUJO, 2012, p. 57). Por outro lado, segundo a dita autora, o processo de substituição dos nomes das vilas representaria também uma alegoria significativa do projeto civilizacional e civil que elas deveriam propagar.

As vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Mazagão: de mãos dadas pela foz do rio Amazonas?

O ano era 1773, havia transcorrido pouco mais de uma década da criação das vilas de Macapá, Vistosa de Madre de Deus e Mazagão, o então governador da Capitania do Grão-Pará, Pereira Caldas, visitou pessoalmente aquelas vilas. Naquela digressão, o governador fez observações e considerações a respeito do estado das edificações, principalmente o das fortificações, o desenvolvimento das atividades agrícolas, além das dificuldades apresentadas por alguns moradores. Não esquecendo que Pereira Caldas foi o governador que começou a manifestar, nas suas comunicações com o secretário de Marinha e Ultramar, a intenção de construir uma ligação terrestre entre aquelas vilas.

A viagem em direção às três vilas da foz do rio Amazonas teve início no dia 4 de agosto de 1773, partindo de Belém com direção à vila de Macapá, mais especificamente com interesse sobre o andamento da construção da fortaleza, que parecia ser a questão mais importante da visita. O governador levou consigo “todos os oficiais engenheiros que existiram nesta capitania” (AHU, 1773).

Acompanhavam o governador o engenheiro Domingos Sambuceti e o capitão engenheiro responsável pela obra, Henrique João Wilkens (AHU, 1773). Tudo isso para determinar “o estado atual daquela fortificação, o que ainda resta a fazer-lhe, os defeitos que se reconhecem as ruínas que se lhe observam e se receiam nas suas consequências, as reparações que precisam” (AHU, 1773); pois aquela construção já demonstrava ser o maior investimento da Coroa portuguesa na construção de fortificações no Vale Amazônico. O governador Pereira Caldas apontava que as despesas com a construção da fortificação acabavam por dificultar a manutenção da própria praça, que já estava em ruínas com a entrada de água, causando alagamentos e rachaduras num dos baluartes já construídos.

Além dos elevados custos da construção, alegados por Pereira Caldas, até aquele momento, a obra da fortificação tinha consumido a vida de “muitos operários”, sem, no entanto, especificar o número de trabalhadores mortos nem ao menos detalhar a causa direta daquelas mortes, visto que “a associação do fatigante [trabalho de retirada de pedras] às longas viagens resultava na disseminação das moléstias [...] além da comida estragada dada aos operários” (CAMILO, 2003, pp. 142-143), que causavam problemas intestinais, por vezes mortais para aqueles trabalhadores. As pedreiras mais próximas da

praça ficavam pelo menos a 15 léguas de distância nos rios Arapucu e Capim, “cuja viagem se faz em cinco dias para ir e voltar” (AHU, 1773).

O estabelecimento da vila de Macapá continuava, segundo Pereira Caldas, como quando da sua criação, em 1759: “sem nobreza alguma e com casas cobertas de palha”. Seus moradores eram descritos como sujeitos com uma vida sofrível “proveniente da agricultura e das suas lavouras”. Mesmo com essas dificuldades, afirmava Pereira Caldas, os moradores trabalhavam com empenho “superior as suas possibilidades” (AHU, 1773).

A seguir, reproduziremos o mapa com o total de habitantes e fogos da vila em 1773, produzido na viagem do governador Pereira Caldas:

Mapa 1 - Habitantes e fogos da freguesia de São José do Macapá

Mapa de todos os Habitantes e Fogos da freguesia de São José do Macapá
30 de Junho de 1773.

Pessoas Livres						Pessoas Cativeiras						Totais	
Velhas			Velhas			Velhas			Velhas				
Crianças de sete a doze annos de idade livres	126	98	259	38	2	Crianças de sete a doze annos de idade cativeiras	21	8	60	1307	986	321	265
Pessoas de treze a vinte annos livres	106	89	254	33	1	Pessoas de treze a vinte annos cativeiras							
Pessoas de vinte e um a trinta annos livres	58	50	206			Pessoas de vinte e um a trinta annos cativeiras							
Pessoas de trinta e um a quarenta annos livres						Pessoas de trinta e um a quarenta annos cativeiras							
Pessoas de quarenta e um a cinquenta annos livres						Pessoas de quarenta e um a cinquenta annos cativeiras							
Pessoas de cinquenta e um a sessenta annos livres						Pessoas de cinquenta e um a sessenta annos cativeiras							
Pessoas de sessenta e um a setenta annos livres						Pessoas de sessenta e um a setenta annos cativeiras							
Pessoas de setenta e um a oitenta annos livres						Pessoas de setenta e um a oitenta annos cativeiras							
Pessoas de oitenta e um a noventa annos livres						Pessoas de oitenta e um a noventa annos cativeiras							
Pessoas de noventa e um a cento annos livres						Pessoas de noventa e um a cento annos cativeiras							
Total Livres						Total Cativeiras						Total	
1307						986						2293	

N. 39

Fonte: AHU, 1773.

A vila de Macapá possuía, segundo o levantamento feito em 1773, 265 moradias e 1307 habitantes, dos quais 986 eram livres e 321 em situação de cativo, divididos em 232 crianças com menos de 7 anos livres e 39 em situação de cativo; 187 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres e 18 nessa faixa etária eram cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 259, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 254; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 18, e os idosos com mais de 90 eram 2; as mulheres

com idades entre 60 e 90 anos eram 33, e havia apenas uma idosa com mais de 90 anos. Não constavam idosos e idosas cativas com mais de 60 anos. Os cativos com idade entre 15 e 60 anos eram 204, e as cativas com idades entre 15 e 50 anos eram 60.

A viagem de Pereira Caldas seguiu de Macapá a vila Vistosa da Madre de Deus. Segundo o próprio governador, o deslocamento levou 24 horas, sendo boa parte daquele tempo consumida pela subida da navegação do rio Anarapecu. Pereira Caldas considerou ainda que a distância da vila para a costa e a margem setentrional do rio Amazonas fazia com que a mesma recebesse poucas visitas das autoridades da Capitania. Assim o governador descrevia a freguesia e os moradores:

Se acha na ruina das casas e na consternação e pobreza de seus moradores [...]. As casas por serem feitas a pressa e sem escolhas de madeiras, tem caído e se tem arruinado na maior parte e se espera ao resto o mesmo sucesso. E os seus moradores, sendo os mais deles vindos das Galés e das Casas de Correção, tão bem não são de grandes esperanças para o adiantamento daquele estabelecimento (AHU, 1773).

Pereira Caldas apontava que um dos possíveis causadores do atraso da vila de Vistosa de Madre de Deus era o fato de boa parte de seus moradores serem degredados. Isso não era nenhuma novidade nas práticas da Coroa portuguesa, no contexto da ocupação de algumas de suas áreas coloniais. Simei Torres lembra que a utilização do degredo se mostrou uma prática longeva desde o século XIII. Nos séculos XV e XVI, o degredo era uma pena bem definida em resposta a algum delito ou pecado cometido contra a legislação vigente. Portanto, trata-se de uma punição a exclusão do sujeito do convívio social, sendo que a distância do envio daquele variava de acordo com a intensidade de seus crimes, podendo ele ser enviado às áreas coloniais de África, Ásia ou América portuguesa (TORRES, 2013).

Ao longo do século XVII, o degredo passou a assumir um caráter também de serviço militar régio, não sendo considerada apenas uma punição, mas um benefício aos serviços reais “por colocar à disposição do Estado os seus condenados” (TORRES, 2013, p. 133). Segundo Torres, ao longo da segunda metade do século XVIII, predominou o pensamento de que o degredo seria a eliminação dos detritos da sociedade portuguesa e o transporte de forças para colonizar as colônias portuguesas. Assim, Torres afirma que, para a Amazônia portuguesa, pode-se observar “a ocorrência de comutações de pena de degredo de caráter coletivo”, o que, para a Coroa portuguesa, se mostrava uma

engrenagem capaz de subsidiar a defesa e consolidar o povoamento da terra (TORRES, 2013, p. 137).

No caso da vila Vistosa de Madre de Deus, segundo Pereira Caldas, o que acontecia era o despovoamento do estabelecimento em função da falta de meios e de possibilidades para o cultivo da terra, apesar de dizer que o “lugar da povoação é bastante próprio e agradável” (AHU, 1773). O governador atribuía o insucesso das lavouras à repetida justificativa da falta de escravos para a realização dos “pesados trabalhos” (AHU, 1773). Porém, Pereira Caldas acalmava o secretário de Marinha e Ultramar, garantindo que havia persuadido os moradores a continuarem com a “subsistência”, mas finalizava o comunicado dizendo que as possibilidades oferecidas pelo Estado português eram limitadas. Segue abaixo o mapa com o número de moradores e habitantes de Vistosa da Madre de Deus:

Mapa 2 - Habitantes e fogos da freguesia de Vistosa da Madre de Deus

Mapa de todos os Habitantes e Fogos da freguesia de Vistosa da Madre de Deus
Data da visita ao 4º de Julho de 1773

Pessoas Livres				Pessoas Captivas				Sociedade	
Crianças		Velhas		Crianças		Velhas			
67	Crianças de 7 annos para baixo até a idade de 7 annos			17	Crianças de 7 annos para baixo até a idade de 7 annos			566	Pessoas Livres, e Captivas
40	Homens de 7 annos até a idade de 15 annos			7	Homens de 7 annos até a idade de 15 annos			445	Pessoas Livres
107	Homens de 15 annos até a idade de 70 annos			36	Homens de 15 annos até a idade de 70 annos			121	Pessoas Captivas
8	Mulheres de 7 annos até a idade de 70 annos							121	Dois Capto.
	Pessoas de 70 annos para cima								
44	Crianças de 7 annos para baixo até a idade de 7 annos								
20	Homens de 7 annos até a idade de 15 annos								
119	Mulheres de 7 annos até a idade de 70 annos								
30	Mulheres de 70 annos para cima								
	Pessoas de 70 annos para cima								
25	Crianças de 7 annos para baixo até a idade de 7 annos								
7	Homens de 7 annos até a idade de 15 annos								
36	Homens de 15 annos até a idade de 70 annos								
	Mulheres de 70 annos para cima								
17	Crianças de 7 annos para baixo até a idade de 7 annos								
6	Homens de 7 annos até a idade de 15 annos								
32	Mulheres de 7 annos até a idade de 70 annos								
6	Mulheres de 70 annos para cima								
	Pessoas de 70 annos para cima								

Fonte: AHU, 1773.

A vila Vistosa da Madre de Deus possuía, a partir da contagem feita em 1773, 134 moradias e 566 moradores, dos quais 445 eram livres e 121 em situação de cativoiro. Esses ficavam divididos nas seguintes faixas etárias: 111 crianças com menos de 7 anos livres, e 38 em situação de cativoiro; 60 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres, e 11

nessa faixa etária como cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 107, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 149; homens cativos de 15 a 60 anos eram 36, e mulheres na condição de cativas com idade entre 14 e 50 anos eram 32; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 8; as mulheres com idades entre 60 e 90 anos eram 10. Naquele momento, existia no povoado apenas uma idosa com mais de cinquenta anos. A última parada do governador Pereira Caldas foi vila de Nova Mazagão. O deslocamento de Vistosa da Madre de Deus durou 40 horas.

Por estar localizada próxima à desembocadura do rio Mutuacá e mais próxima da margem setentrional do rio Amazonas, Nova Mazagão ficava distante poucas horas de viagem fluvial até Macapá. No novo estabelecimento, o governador oficializou a fundação da vila de Nova Mazagão, assim como a constituição da justiça e posturas legais do lugar. Nas considerações do Pereira Caldas, é perceptível a maior importância da vila em relação a Vistosa da Madre de Deus. Assim ele definiu os investimentos:

Não deixe de recomendar também muito todo o possível adiantamento na construção das casas: porém, reconheço que por isso mesmo que vão melhores, gastam mais tempo e fazem maior despesa; sendo considerável a que tem importado e há de ainda importar o referido estabelecimento, não obstante toda a grande economia que nele tenho praticado (AHU, 1773)

Ao se referir às casas do referido povoado, Pereira Caldas acreditava que aquele estabelecimento estava em melhores condições que os de vila Vistosa, pois, mesmo as casas sendo construídas em madeiras e cobertas de palha, as construções prometiam uma duração mais prolongada e já tinha uma preparação para receber telhas. Com relação aos moradores, o governador falava animado, porque ele considerava as pessoas da freguesia com mais qualidade que as de Vistosa da Madre de Deus; por isso havia maior esperança no aumento do povoado. Esse sentimento aumentava ainda mais, segundo Pereira Caldas, porque, até aquele momento, pelo menos 50 famílias ainda estavam abrigadas na cidade de Belém à espera do traslado para Nova Mazagão. A seguir o mapa com o número de moradores e habitantes de Nova Mazagão:

Mapa 3 - Habitantes e fogos da freguesia de Nossa Senhora de Assunção da vila de Mazagão

*Mapa de todos os Habitantes e Fogos que se em nossa freg. da N.ª de Assunção da Vila de Mazagão
abr. de Julho de 1773*

<i>Sexoas Livres.</i>					<i>Sexoas Captivas.</i>					<i>Local.</i>
<i>Velhas.</i>					<i>Velhas.</i>					
<i>142</i>	<i>Crianças do Sexo Masculino até a idade de sete annos</i>	<i>128</i>	<i>Pessoas do Sexo até quinze annos</i>	<i>128</i>	<i>Homens de idade até quinze annos</i>	<i>51</i>	<i>Crianças do Sexo Masculino até a idade de sete annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	
<i>10</i>	<i>Pessoas do Sexo até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Velhas</i>	<i>29</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>
<i>29</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>
<i>5</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>
<i>6</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>
<i>51</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>
<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>
<i>1</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>
<i>543</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>
<i>141</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>102</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>15</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>37</i>	<i>Mulheres de idade até quinze annos</i>	<i>141</i>

N. 84.

Fonte: AHU, 1773.

Nova Mazagão possuía uma população de 543 pessoas, das quais 428 eram livres e 115 viviam em regime de cativo; além de 141 moradias. Esses habitantes ficavam divididos nas seguintes faixas etárias: 76 crianças livres com menos de 7 anos e 15 em situação de cativo; 83 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres, e 11 nessa faixa etária eram cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 128, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 102; homens cativos de 15 a 60 anos eram 51, e mulheres na condição de cativas com idade entre 14 e 50 anos eram 37; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 10; as mulheres com idades entre 60 e 90 anos eram 29.

A partir dos três mapas populacionais como denominados nos documentos e reproduzidos nas suas originalidades nas páginas anteriores, separarei alguns números para serem e reagrupados em novos quadros populacionais elaborados para investigação deste artigo. Esse breve esse exercício estatístico pode nos ajudar a compreender melhor algumas dinâmicas populacionais vividas pelas vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Mazagão na segunda metade do século XVIII, além de situá-las comparativamente com algumas vilas do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Com a intenção de contextualizar a densidade populacional das vilas estudadas, recorri também aos números absolutos e percentuais das populações das duas capitais das capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro, Belém e Barcellos. Apresentaremos os mapas e em seguida faremos algumas considerações sobre os dados destacados para esse estudo. Abaixo segue quadro 1⁵ no qual separamos os números absolutos seguidos de seus percentuais da população das três vilas da foz do rio Amazonas. Aqueles habitantes foram divididos, seguindo a separação dos mapas originais, assim sendo, a condição das pessoas na sociedade eram: livres, cativas e a soma dessas parcelas.

Quadro 1 – Da população

Habitantes	São José de Macapá		Vistosa da Madre de Deus		Nova Mazagão	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Pessoas livres	986	75,44%	445	78,62%	428	78,82%
Pessoas cativas	321	24,56%	121	21,38%	115	21,18%
Pessoas livres e cativas – Total	1307		566		543	

Fonte: Dados do autor.

Nos dados demográficos das vilas de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Nova Mazagão, destaco aqui as divisões por sexo e faixa etária consideradas nos mapas originais de 1773. Estão apresentadas abaixo em dois quadros populacionais: primeiro de habitantes livres, divididos em: livres do sexo masculino (crianças até 7 anos de idade, rapazes, homens e velhos) e livres do sexo feminino (crianças até 7 anos de idade, raparigas, mulheres e velhas); e o segundo quadro se refere aos cativos, repetindo-se as mesmas divisões do quadro anterior:

Quadro 2 – Quadro populacional dos habitantes livres⁶

Habitantes livres	São José de Macapá		Nova Mazagão		Vistosa da Madre de Deus	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%

⁵ Quadro elaborado para este artigo a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6065. Pará 08/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6066. Pará 08/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6067. Pará 08/11/1773.

⁶ Quadro elaborado para este artigo a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6065. Pará 08/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6066. Pará 08/11/1773; AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6067. Pará 08/11/1773.

Crianças do sexo masculino até 7 anos	126	9,64%	42	7,73%	67	11,84%
Rapazes de até 15 anos	98	7,50%	42	7,73%	40	7,07%
Homens de 15 até 60 anos	259	19,82%	128	23,57%	107	18,90%
Homens de 60 até 90 anos	18	7,35%	10	1,84%	8	1,41%
Homens com mais de 90 anos	2	0,15%	0	0,00%	0	0,00%
Crianças do sexo feminino até 7 anos de idade	106	8,11%	34	6,26%	44	7,77%
Raparigas de 7 até 14 anos	89	6,81%	41	7,55%	20	3,53%
Mulheres de 14 até 50 anos	254	19,43%	102	18,78%	149	26,33%
Velhas de 50 até 90 anos	33	2,52%	29	5,34%	10	1,77%
Velhas com mais de 90 anos	1	0,08%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Dados do autor.

Quadro 3 - Quadro populacional dos habitantes cativos⁷

Habitantes cativos	São José de Macapá		Nova Mazagão		Vistosa da Madre de Deus	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Crianças do sexo masculino de até 7 anos	18	1,38%	5	0,92%	67	11,84%
Rapazes de até 15 anos	10	0,77%	6	1,10%	40	7,07%
Homens de 15 até 60 anos	204	15,61%	51	9,39%	107	18,90%
Homens de 60 até 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	8	1,41%
Homens com mais de 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Crianças do sexo feminino até 7 anos de idade	21	1,61%	10	1,84%	44	7,77%
Raparigas de 7 até 14 anos	8	0,61%	5	0,92%	20	3,53%
Mulheres de 14 até 50 anos	60	4,59%	37	6,81%	149	26,33%
Velhas de 50 até 90 anos	0	0,00%	1	0,18%	10	1,77%
Velhas com mais de 90 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Dados do autor.

⁷ Idem, Ibidem.

A composição demográfica das três vilas do Cabo Norte criadas entre os anos de 1759 e 1769 estava diretamente ligada ao contexto do caráter militar de proteção da foz setentrional do rio Amazonas e de colonização daquelas terras concentrando a produção agrícola, principalmente na rizicultura. Nesse sentido, o percentual de pessoas cativas existentes naquelas vilas só ficava muito abaixo da freguesia urbana de Belém, que em 1787, possuía 5.276 habitantes e destes 2.733 eram escravizados, perfazendo um percentual de 50% da população vivendo na condição de escravizados⁸.

Assim como, em algumas vilas e lugares da zona rural de Belém, onde havia uma produção mais intensa de açúcar, café e arroz, percentual de pessoas escravizadas era superior aos 40% da população na virada do século XVIII para o XIX. Citamos algumas: a população da vila de São Domingos da Boa Vista tinha 1.929 habitantes, destes 1.047 eram escravizados, ou 53% dos habitantes; na bacia do rio Capim havia 1.655 moradores e destes 663 eram cativos, ou 40,1% dos habitantes viviam na condição de escravizados; no rio Bujaru, da população de 1.714 moradores, 915 eram escravizados, ou 53,4% dos habitantes; no rio Acará, existiam 1.437 pessoas escravizadas ou 54,7% da população estimada em 2.976 moradores (MARIN, 2015, pp.136-137).

O quadro 3 apresentou as populações das vilas da foz do rio Amazonas, ao considerar os percentuais da presença de pessoas escravizadas naquelas sociedades, verifico que aqueles estavam muito próximos dos verificados na composição de indivíduos escravizados no Vale Amazônico nas décadas finais do século XVIII. Aqueles indivíduos escravizados representavam 22,80 % do total da população que habitava a região amazônica. Os levantamentos demográficos utilizados neste artigo foram contados e registrados a mando dos Governadores do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

O historiador Dante Fonseca, aponta que quando se separa as populações das capitânicas do Pará e do Rio Negro, a diferença percentual da presença de indivíduos escravizados era significativamente superior no Pará (26,16%), aos 3,29 % de pessoas escravizadas na capitania de São José do Rio Negro (FONSECA, 2001). No quadro 5 a

⁸ Populações com percentual superior a 50% dos habitantes composta por pessoas escravizadas eram muito comuns em áreas de produção em larga escala, como por exemplo, o açúcar e o café. A região de Campos dos Goitacases, localizada na capitania do Rio de Janeiro, concentrava algumas fabricas de açúcar, na freguesia da São Gonçalo, ficavam os três maiores engenhos de toda aquela planície. Em termos percentuais a população da vila de São Salvador, possuía em 1790, 52% da sua população de trabalhadores em regime de escravidão, a população total em números absolutos era de 20.091 habitantes. In LARA, 1988, pp. 136-137. Assim como, nas fronteiras do Cabo Norte, a Guina Francesa possuía uma população escrava que chegava aos 85% da população total que em números absolutos significava: 12.362 habitantes livres e cativos total e 10.533 cativos. (CARDOSO, 1984, p. 50).

seguir, destaco os números populacionais absolutos e percentuais do Estado do Grão-Pará e Rio Negro em 1788 (CARDOSO, 1984; SAMPAIO, 2012), assim como, os valores das capitanias separadamente.

Quadro 4 – População Estado do Grão-Pará

Habitantes	Capitania do Grão-Pará		Capitania do Rio Negro		Estado do Grão-Pará e Rio Negro	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Pessoas livres	42.585	73,84%	11.661	97,71%	54.243	77,80%
Pessoas cativas	15.084	26,16%	397	3,29%	15.481	22,20%
Pessoas livres e cativas – Total	42.585		12.058		69.924	

Fonte: Dados do autor.

Comparando os dados populacionais das vilas de Macapá, Mazagão e Vistosa da Madre de Deus com os dados populacionais apresentados no quadro acima, especialmente as porcentagens, do Estado e das capitanias do vale amazônico (Grão-Pará e Rio Negro)⁹, percebemos que aquelas vilas da foz do rio Amazonas tinham uma população de indivíduos escravizados em patamares percentuais muito próximos da média da capitania do Pará, assim como, do Estado como um todo.

Mesmo se pegarmos separadamente a cidade de Belém, capital o Estado, no ano de 1792, pode se verificar no mapa abaixo, que o percentual da população de indivíduos escravizados fica consideravelmente acima das médias das povoações do Vale Amazônico. No entanto na vila de Macapá no ano de 1789, a sua população de indivíduos escravizados era de 44,45%, portanto, o percentual de sujeitos escravizados era superior ao percentual de Belém, capital da capitania.

⁹ A partir de 1750 a Amazônia Portuguesa passou por reordenamentos políticos e administrativos expressivos. Em especial, durante à administração do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal — reinado de D. José I (1750-1777). Pontualmente, a partir de 1751, o então denominado Estado do Maranhão e Grão-Pará, dava lugar a o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, compreendendo os territórios das capitanias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, acrescentando-se a estas, a partir de 1755, a de São José do Rio Negro. A Capitania de São José do rio Negro foi instituída pela Carta Régia de 3 de março de 1755, mas sua instalação de fato só aconteceu 3 anos e 2 meses depois na vila da Mariuá (Barcellos). Instituída-se, assim, um terceiro governo no extremo ocidente da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, com sede administrativa na boca oriental do rio Javari. Assim, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro foi uma unidade administrativa criada em 1772, a partir da cisão do [Estado do Grão-Pará e Maranhão](#). A outra unidade criada foi o [Estado do Maranhão e Piauí](#).

Na sequência visualizamos os números absolutos e as porcentagens das populações da cidade de Belém, da vila de Macapá e da vila de Barcellos, entre os anos de 1786 a 1792:

Quadro 5 – População Cidade de Belém (1792)

Habitantes	Belém	
	Absoluto	%
Branco	4.423	51,59%
Índios, pretos e mestiços livres	1.099	12,82%
Escravos negros	3.051	35,59%
Total	8.573	100%

Fonte: CARDOSO, 1984, p. 141-142.

Quadro 6 - Habitantes da vila de Macapá¹⁰

Habitantes	Macapá (1789)	
	Absoluto	%
Livres	969	56,94%
Escravos	733	43,06%
Total	1.702	100%

Fonte: Dados do autor.

Quadro 7 - Mapa populacional da capital da capitania do Rio Negro, Barcellos¹¹

Habitantes	Barcellos (1786)	
	Absoluto	%
Branco	231	20,07%
Índios	756	68,09%
Escravos negros	167	10,04%
Total	1.154	100%

Fonte: CARDOSO, 1984, p. 146.

¹⁰ Quadro elaborado para este artigo a partir das informações contidas em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 7852. São José de Macapá 28/110/1789.

¹¹ Quadro elaborado para este artigo a partir das informações contidas em: Biblioteca Nacional-RJ, Manuscritos, 21, 1, 1 n. 7, “Mapa de todos os moradores brancos, índios e pretos escravos existentes na vila capital de Barcellos”, 31 de outubro de 1786. (CARDOSO, 1984, p. 146).

Antes, porém, de pontuar algumas considerações sobre os três quadros populacionais acima e em razão de se privilegiar nas considerações desta passagem do artigo, as parcelas populacionais de trabalhadores escravizados de origem africana, destaco aqui as considerações de José Bezerra Neto sobre a escravização de negros durante o período colonial no Vale Amazônico. Numa passagem que considero emblemáticas sobre a presença daqueles trabalhadores no Grão-Pará, Bezerra, afirmou o seguinte:

Tornou-se bastante comum, na historiografia brasileira, associar o processo de conquista e colonização portuguesa na região amazônica ao estabelecimento de uma economia extrativista, assentada na mão de obra indígena. De fato, ao longo dos séculos XVII e XVIII, no vale amazônico, houve a estruturação das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de apresamento dos indígenas, ao lado da coleta e comercialização das chamadas “drogas do sertão”, inclusive, a partir da fundação das missões ou aldeamento e das fortificações militares. Todavia, restringir nossa compreensão do processo de ocupação portuguesa da dita região unicamente em função de uma economia extrativista baseada na exploração do trabalho dos índios parece ser uma leitura muito empobrecida dessa mesma realidade, uma vez que não dá conta de que o processo de colonização lusa na Amazônia implicou igualmente no estabelecimento de uma economia e sociedade lastreada em atividades agrícolas e criatórias voltadas para o mercado, explorando igualmente o trabalho cativo de índios mas, sobretudo, o trabalho escravo de origem africana (BEZERRA NETO, 2000, p. 12).

Bezerra Neto ressalta que reconhecer que as sociedades do Vale Amazônico do período colonial estavam para além das atividades coletoras e de comercialização das “drogas do sertão”, e que envolviam várias modalidades de utilização do trabalho indígena, assim como, o recurso aos trabalhadores escravizados de origem africana, não é o suficiente para reconhecer a diversidade de especificidades existentes no universo colonial português existente na região amazônica (BEZERRA NETO, 2000, p. 12). Arriscamos mesmo dizer, várias “Amazônias”, na qual uma dessas situada na foz setentrional do rio Amazonas, nas terras do Cabo Norte, nos propomos a estudar nesse artigo.

Explícito de outra forma, segundo Bezerra Neto, “deve-se evitar a leitura da Amazônia Portuguesa enquanto área periférica da América Colonial Portuguesa” (BEZERRA NETO, 2000, p. 12), pois as experiências vividas em outras sociedades coloniais do mundo colonial lusitano, não podem e não devem servir de modelo

explicativo para se compreender as dinâmicas dos tipos de sociedades colônias que existiram no Vale Amazônico.

Embora não seja nossa pretensão desdobrar em análises mais profundas os dados demográficos referentes à população de escravizados da vila de Macapá nas décadas finais do século XVIII, os números e percentuais dos habitantes da vila apresentados na Tabela 14 são impressionantes, pois, excetuando o período de construção da Fortaleza de São José de Macapá, de 1764 a 1782, onde a presença de escravizados de origem ou descendência africana foi bastante intensa, o percentual daquela população sempre girou em torno dos 20% a 25%, conforme já demonstrado em outro quadro populacional neste capítulo.

Em 1789, aquele percentual da população de escravizados atingiu 43%. Com base nos dados demográficos para os anos utilizados neste artigo, o ano de 1789 foi o maior percentual da presença de habitantes escravizados de origem africana na segunda metade do século XVIII. Por outro lado, não consta no levantamento demográfico feito em 1789, nenhuma família de origem indígena.

Palavras finais

Naquela viagem pelas três vilas da margem setentrional do rio Amazonas, Pereira Caldas parecia definitivamente convencido de que a pretendida comunicação por via terrestre, entre aquelas povoações, se mostrou impraticável, devido à existência numerosa dos “grandes lagos e pântanos que se encontram, e totalmente dificultam o pretendido caminho; assim não há mais remédio que recorrer ao da água, ainda que menos vantajoso para se socorrer Macapá em caso de ataque” (AHU, 1773).

Outra dificuldade apontada pelo governador, com relação à distância e à comunicação da vila, dizia respeito à inviabilidade de exercitar conjuntamente os corpos de auxiliares de cavalaria de Macapá com a infantaria de Mazagão, para se transformarem numa tropa ligeira em caso de guerra ou ameaça de outros países interessados na posse da foz do rio Amazonas.

Por fim, finalizaremos este artigo que tratou dos anos iniciais de criação das três vilas da Costa Setentrional do Grão-Pará criadas nas margens setentrionais da foz do rio Amazonas, considerando um ofício escrito em 1789. Neste o governador da Praça de Macapá, João Vasco de Braun, militar que havia realizados várias viagens pelos caminhos

fluviais do Vale Amazônico desde a década de 1770, portanto, um comandante português que construirá um conhecimento razoável sobre a região setentrional da capitania do Grão-Pará. Ao enviar um quadro com as famílias, lavouras e serviços existentes, na freguesia de São José de Macapá, para o secretário de Estado de Marinha e Ultramar, o governador da Praça de Macapá, teceu algumas considerações sobre as “gentes” daquela terra. Assim inicia Braun o referido ofício:

O escrúpulo e respeito que a longa experiencia d’América me tem influído respeito aos Amanuenses[escriva], de que se tem confiado alguns papeis que envolvem segredo e ponderação (...) Aceitará Vossa Excelência aceitação destes moradores e o socorro que esta praça tanto necessita.

A preciosidade destas terras, já a Vossa Excelência aquelas memórias referi assim como a generosa gratidão com que elas correspondiam aos indivíduos que por este ofício aqui se houvessem de mandar esperando agora mais que as raras virtudes com que Vossa Excelência protege a simples verdade me hajam de desculpar o sincero e patriótico zelo, com que inseparável do mais profundo respeito, tenho a honra de dizer a V. Exc.^a que jamais se conseguirá destes habitantes uma voluntária e progressiva existência (AHU, 1789).

Feita essa introdução, de certa forma elogiosa aos moradores, o governador da praça, reconhecia, logo em seguida que essa boa vontade em colonizar a terra por parte dos habitantes, não era o suficiente. De fato, para os governantes da capitania do Grão-Pará e da vila de Macapá, assim como, das vilas de Vistosa e Nova Mazagão a década final do século XVIII, não apresentou os resultados esperados quando da criação daquelas com vistas ao povoamento e a proteção do delta do rio Amazonas e da costa setentrional da Guiana Portuguesa. Vila Vistosa com vimos, naquele período praticamente seus moradores já haviam abandonado a vila. Nova Mazagão, padecia com a deserção de muitas famílias que preferiam retornar para Belém, onde haviam permanecido por volta de três anos antes da chegada em na Nova Mazagão.

Documentos consultados

AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5913. Pará, 15/12/1772.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6182. Pará, 17/01/1775.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6237. Pará, 17/07/1775.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6067. Pará, 08/11/1773.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6066. Pará, 08/11/1773.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará, 08/11/1773.
 AHU_ACL_CU_013, Cx. 99, D 7852. Macapá 28/10/1789.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 103, D. 8179. Pará, 01/10/1793.

Macapá, 11 de agosto de 1773. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 08/11/1773.

Macapá, 15 de outubro de 1773. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 08/11/1773.

Pará, 11 de novembro de 1773. In AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D 6065. Pará 08/11/1773.

Documentos impressos

GOMES, Flavio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (organizadores). *Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

Referências

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1992.

_____. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.20. n.1. 2012, p. 56-57.

BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)*. Campinas-SP. Dissertação de Mestrado, 2000. <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279301?mode=full> Acessado em 20/01/2019.

CAMILLO, Janaina Valéria Pinto. *Homens e pedras nos desenhos das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *A economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

COSTA, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.95-112, dez. 2007. <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/05.pdf>. Acessado em 18/08/2017.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 (2Vols.).

FONSECA, Dante Ribeiro da. O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia. Rondônia: Revista Veredas Amazônicas – nov. – nº 01, Vol. I, 2011. In: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/241> Acesso em: 23 set. 2017.

IHGB, *Coleção Manoel Barata*. Memória sobre a defesa da Capitania do Pará no governo d. Francisco De Souza Coutinho; e outros documentos do tempo de seu governo. Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls., Pará, junho de 1790.

GOMES, Flavio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (organizadores). *Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Univertária/UFPA, 1999.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

MARIN, Rosa Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos no período colonial. Belém, *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1, 2005, pp.73-114. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48> Acesso em: 18 abr. 2017.

MARIN. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1, 2005, p. 75. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48>. Acessado em 18/04/2017.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião de Carvalho e Mello e a economia do Brasil. In: _____. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Editora Alameda, 2011, p. 173-198.

_____. Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador e capitão-general do Grão-Pará e maranhão (1751-1759). In: _____. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Editora Alameda, 2011, p. 173-198.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Amazônia colonial: fronteiras e forças militares (segunda metade do século XVIII). *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399889278_ARQUIVO_TEXTO.pdf. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar. O Centro-sul e o Norte da América Portuguesa (segunda metade do século XVIII). *Revista de História Comparada - Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ*. v. 10, n. 1, 2016, p. 58-82.

RAVENA, Nírvia. “‘Maus vizinhos e boas terras’: ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte – século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos (Org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 63-96.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

TORRES, Simeia Maria de Souza. Exclusão e incorporação: degredados na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 168,

2013, pp. <http://www.scielo.br/pdf/rh/n168/0034-8309-rh-168-00131.pdf> Acessado em 09/10/2017.

Artigo recebido em 31 de março de 2019 e aprovado em 10 de junho de 2019.